

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Reporta-se à visita da presidente Dilma Rousseff; refere-se à duplicação das BRs-470 e 280.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Tece considerações a respeito do PAC 2.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Analisa a questão do carvão mineral na matriz energética do país.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Reporta-se aos R\$ 60 milhões a serem aplicados sistema de captação e

armazenamento das águas da chuva nas propriedades rurais.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Defende o curso pré-vestibular organizado pela UFSC.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Debate a geração de energia.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se ao problema financeiro dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro espaço pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pretendo falar rapidamente sobre alguns temas que julgo ser da maior importância para o Parlamento catarinense e para o nosso estado.

Em primeiro lugar, sr. presidente, temos que fazer justiça e agradecer à nossa presidente Dilma Rousseff que esteve visitando o estado na semana passada.

A presidente Dilma Rousseff anunciou, além da ponte da BR-101 sul, a sua volta a Santa Catarina para o lançamento do edital de duplicação, deputado Antônio Aguiar, da BR-470, no trecho que liga Luiz Alves a Indaial, uma obra de fundamental importância econômica e social para o turismo do

estado, além das obras de duplicação da BR-280, que liga Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul.

Estamos há décadas debatendo, discutindo, reivindicando, falando e esperando pelo início dessas obras da duplicação da BR-470 e BR-280, que serão de fundamental importância para a economia do nosso estado.

Portanto, agora iremos aguardar com expectativa a volta da presidente Dilma Rousseff, que tem feito, deputado Neodi Saretta, justiça seja feita, uma gestão tranquila, serena, honesta e empreendedora à frente da Presidência da República, agora com o apoio do PSD, nosso partido, e não poderia ser diferente.

Gostaria também de falar sobre o anúncio que foi feito pelo governador, juntamente com a presidente Dilma Rousseff, acerca do encaminhamento do financiamento, deputado Antônio Aguiar, de aproximadamente R\$ 3 bilhões junto ao BNDES para o nosso estado, a serem investidos em obras de infraestrutura. Esse financiamento se constitui num processo de compensação do governo federal para com o governo do estado, porque vamos perder no Orçamento anual aproximadamente R\$ 2 bilhões em arrecadação por conta da aprovação da Resolução n. 72, que unificou a alíquota de ICMS para importação.

Então, precisamos dessa compensação, deputado Dieter Janssen, em investimentos em infraestrutura no estado. O governador já está tomando as providências, já se reuniu com o *trading* de importação para buscar meios e formas de minimizar esse impacto financeiro no caixa do governo com a diminuição das exportações no estado de Santa Catarina. São quase 20 mil empregos gerados por essas empresas que importam através do nosso polo portuário. Santa Catarina, nos últimos anos, incorporou, ampliou o vetor econômico da importação.

Queremos dizer que estamos satisfeito com a atuação inteligente, corajosa e empreendedora do governador Raimundo Colombo, no sentido de buscar recursos para compensar a queda da arrecadação e no sentido de adequar a nossa legislação às ações do governo com o *trading* de importação, para

minimizar o impacto provocado pela Resolução n. 72.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Rapidamente, nobre deputado Darci de Matos, também estivemos acompanhando os trabalhos do governador Raimundo Colombo, que está de parabéns, pois agilmente começou a trabalhar a fim de que Santa Catarina não sofra tanto com a queda do ICMS.

Mas, sr. presidente, ocupo este espaço para analisar a questão da logística do estado de Santa Catarina. Nosso estado logisticamente é um estado que não é privilegiado. Estamos muito ao sul do país, dificultando que as empresas façam distribuição do seu material. E já citei o exemplo da rede McDonald's, que quer instalar no Brasil um centro de distribuição, que estava previsto para Santa Catarina. Porém, como não mais teremos um diferencial para tornar o estado mais competitivo, a empresa reviu o seu projeto e está investindo em São Paulo, porque lá estará logisticamente favorecida. Então, se tivermos que disputar com São Paulo *mano a mano* não teremos condição de competir.

Lógico que todos esses esforços são importantes. E acho que há a questão da logística, a questão da infraestrutura, a questão da modernidade dos nossos portos, a vontade do governador e o empreendedorismo do povo catarinense, mas temos que continuar discutindo essas questões para que Santa Catarina tenha condição, sim, de dar algum incremento fiscal também.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Parabenizo v.exa. pelo tema, mas quero dizer que somos um estado eminentemente privilegiado também pela providência divina, de uma beleza imensurável, de riquezas incontestes, muitas delas inexploradas, um estado com

cinco portos. Agora, precisamos fazer investimentos em infraestrutura, em logística, no sistema modal, para permitir que possamos cada vez mais escoar os nossos produtos.

Se compararmos com os demais estados da federação, tanto na questão do *per capita* quanto na questão territorial, veremos que somos o maior exportador, ressalvadas as proporções. E só não duplicamos a nossa capacidade justamente pela falta de logística, já que um contêiner fica em média sete, oito dias aguardando no porto, principalmente de Itajaí, para poder carregar ou descarregar. E isso tem um custo, que acaba tornando a concorrência desleal com outros portos, principalmente num mundo globalizado, no qual os navios panamax, principalmente os asiáticos, estão navegando e reduzindo o custo para transportar produtos. Por isso há a necessidade premente de uma ação de governo forte.

Eu estava na comissão de Finanças juntamente com outros deputados, fizemos uma simulação muito simples e chegamos à conclusão de que o estado de Santa Catarina contribuiu com o governo federal, em termos de impostos, só no ano passado, mais de R\$ 14 bilhões, nos quatro anos são R\$ 52 bilhões.

Então, nada mais justo do que contarmos com a sensibilidade da presidente Dilma e do governo federal nessas medidas compensatórias, em função da queda da nossa arrecadação a partir de 1º de janeiro de 2013.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, concluo minhas palavras falando também do anúncio que fez o governador Raimundo Colombo ontem sobre investimentos no norte de Santa Catarina.

Com esses R\$ 3 bilhões do BNDES que serão investidos em obras em todo o estado de Santa Catarina, o governador já anunciou para muito em breve o início das obras do contorno viário do município de Garuva. Essa é uma obra fundamental, porque temos em pleno funcionamento o porto de Itapoá e o fluxo de caminhões é muito grande naquela região.

O governador também externou ontem o desejo de duplicar a avenida Santos Dumond, em Joinville. Uma avenida de fundamental importância para a mobilidade urbana da nossa cidade, porque liga o aeroporto a diversos bairros. E vamos tentar convencê-lo para incluir a duplicação da Dona Francisca, que liga Joinville ao distrito de Pirabeiraba, que dá acesso ao Perini Business Park, o maior complexo empresarial do Brasil. E já está acordada a pavimentação da estrada Rio dos Morros, com uma extensão de nove quilômetros, que liga toda a zona sul de Joinville à BR-280, que deverá estar duplicada daqui a quatro anos.

Portanto, juntando essas obras à duplicação da BR-280, efetivamente vai melhorar a mobilidade urbana de Joinville e da região norte, teremos um impulso não só econômico como também turístico e uma melhoria na condição social de toda aquela comunidade.

As perspectivas são boas, e mais uma vez tenho que elogiar e enaltecer a ação sempre tranquila, serena, mas com muita visão, do nosso governador Raimundo Colombo na administração do estado de Santa Catarina.

Antes de concluir, quero dizer que o deputado Carlos Chiodini vai representar a Assembleia Legislativa num dos maiores eventos do sul do Brasil, a Convenção da FCDL, em Jaraguá dos Sul, com a presença de mais de 2.000 lojistas.

Teremos lá a troca de experiências, debates e palestras em nível nacional. O escritor Roberto Shinyashiki estará palestrando. E certamente as atenções de Santa Catarina estarão voltadas para o município de Jaraguá do Sul, com a presença do governador Raimundo Colombo já confirmada, na abertura do evento, amanhã às 19h. Através do Funturismo, criado pelo deputado Gilmar Knaesel quando secretário, conseguimos uma ajuda do governo do estado no valor de R\$ 400 mil para a organização e realização desse grande evento que acontecerá no município de Jaraguá do Sul.

Parabéns a Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da FCDL, parabéns ao governador, que

ajudou na realização do evento e parabéns a todos os lojistas do estado de Santa Catarina!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, estimados catarinenses, foi bastante comentada desta tribuna a vinda da presidenta da República, Dilma Rousseff, a Santa Catarina, assinando ordem de serviço para a construção da ponte estaiada sobre o canal das Laranjeiras, que faz parte do grande projeto da duplicação da BR-101; fazendo o anúncio do túnel do morro dos Cavalos, em Palhoça, da duplicação da BR-280, entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul, e da BR-470, entre Indaial e Navegantes. São obras importantes que darão impulso ao desenvolvimento de Santa Catarina.

Gostaríamos, além disso, de trazer dados importantes a respeito do Programa de Aceleração do Crescimento, chamado PAC 2, com destaque para as ações em Santa Catarina.

O PAC 2 foi lançado em 2011 com o objetivo de dar continuidade ao programa que acelerou o crescimento do Brasil e resgatou o papel do estado como indutor do desenvolvimento. Ele está recuperando a infraestrutura do país e criando milhões de novos postos de trabalho. O PAC 2 está completando um ano de vida e com certeza merece uma análise dos avanços e das ações efetuadas nesse período.

O primeiro ano do PAC 2 teve um desempenho vigoroso, com R\$ 204,4 bilhões executados, o que representa cerca de  $\frac{1}{4}$  do previsto para o período 2011/2014. Os dados revelam, inclusive, que o ritmo do PAC 2 acelerou 136% no segundo semestre de 2011, em relação aos seus primeiros seis meses. Isso é normal porque quando se lança um pacote de obras e serviços, elas passam por fases e a

primeira delas é exatamente a de estudos, de elaboração de projetos e de licitação. E quando realmente começam a ser executadas, o ritmo aumenta. E foi o que aconteceu, ou seja, no segundo semestre de 2011 a aceleração foi 136% superior à do primeiro semestre. O valor total das obras já concluídas do PAC 2 do governo federal é de R\$ 142 bilhões; desses, R\$ 127 bilhões foram realizados em 2011.

Podemos ver também os dados da evolução do PAC 2 através do pagamento e do empenho com recursos do OGU, Orçamento Geral da União, que também atesta a velocidade do programa. Até 31 de dezembro de 2011 foram pagos R\$ 28 bilhões, um aumento de 27% em relação a 2010, e de 284% em relação a 2007, primeiro ano do PAC 1.

Os recursos empenhados também aumentaram de R\$ 29,7 bilhões em 2010 para R\$ 35,4 bilhões em 2011, o que representa uma variação de 19%. Já em relação a 2007, os recursos empenhados cresceram 121%.

Tudo isso ocorreu em um ano voltado ao planejamento de um novo ciclo de execução de obras, que inclui etapas como a elaboração de projetos, licenciamento ambiental, projetos de seleção, contratação e licitação.

O PAC também está mudando a cara de Santa Catarina. Estamos crescendo, gerando empregos. Vejam que para Santa Catarina estão previstos investimentos que totalizam R\$ 15,53 bilhões. São R\$ 11,93 bilhões para o período de 2011 e 2014 e mais R\$ 3,6 bilhões após 2014.

Podemos listar algumas obras do PAC 2 para Santa Catarina: Luz para Todos, a partir de 2011, com investimentos de R\$ 12,9 milhões; aquisição de equipamentos para estradas, como, por exemplo, 47 retroescavadeiras, no valor de R\$ 6,6 milhões; no PAC Saúde, 71 unidades de saúde estão em construção e 1.434 em funcionamento; seis unidades de pronto atendimento estão em construção no estado; na área da educação foi aprovada a construção de 75 creches, com um investimento de R\$ 71 milhões.

Tenho participado da inauguração de uma série dessas creches pelo estado afora, obras do governo federal, na faixa de R\$ 1 milhão para cada uma, mais R\$ 100 mil em equipamentos por unidade. O programa Minha Casa, Minha Vida tem realizado o sonho da casa própria de milhares de catarinenses. Só através do PAC 2 já foram contratadas 25.165 unidades habitacionais, das quais 13.403 já foram entregues. Até ouvi aqui há alguns dias alguém dizer que não via obra pronta do governo federal. Não sei onde essa pessoa olhou, mas são milhares de obras espalhadas por este Brasil afora. Repito, em Santa Catarina, só no caso das moradias, são mais de 13.000 unidades habitacionais já entregues e milhares em construção, considerando apenas as contratações feitas pela Caixa Econômica Federal.

Até dezembro de 2010, o programa Minha Casa, Minha Vida contratou 32.322 unidades habitacionais em Santa Catarina. E das 21.235 já entregues, uma grande parte foi destinada à faixa de renda 1, que é justamente aquela faixa mais necessitada ou com mais carência econômica.

Então, há obras importantes que se somam às outras anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff na segunda-feira, na sua estada em Laguna, que dão noção da importância do Programa de Aceleração do Crescimento para o país.

Antes de finalizar, sr. presidente, srs. deputados, utilizo os três minutos restantes para me referir aos R\$ 60 milhões previstos para obras de combate à estiagem em Santa Catarina, especialmente no oeste, onde há dezenas de municípios em estado de emergência.

Nós precisamos pensar efetivamente em ações estruturantes, em ações que ajudem especialmente o agricultor e obviamente as cidades a enfrentar esses períodos de estiagem. Fala-se muito em obras para armazenamento de água, que é o grande desafio do presente e do futuro. Há, inclusive, a proposição, deputado Marcos Vieira, da realização de audiências públicas para debater, através da comissão de Finanças, em conjunto com outras comissões, essa questão no oeste do estado.

Creio que isso é importante, até porque o baixo nível das águas traz-nos uma preocupação. Ontem acompanhamos a notícia de que a usina hidrelétrica de Machadinho retomou os trabalhos da produção de energia, muito mais porque ficou um período sem produzir, apenas deixando acumular água, mas a água acumulada mal dá para 15 dias em termos de geração de energia.

Então, há um problema sério realmente na questão da falta de água em função da estiagem prolongada. Apesar de ter chovido com um pouco mais de frequência, ainda não é suficiente para recompor o nível das águas. Essa é uma grande preocupação que trazemos para esta tribuna, e esperamos que efetivamente esses recursos destinados à estiagem cheguem lá na ponta, especialmente aos agricultores que querem encontrar motivação para continuar produzindo os alimentos tão importantes para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna até corroborando as palavras do deputado Neodi Saretta, porque o assunto que trago tem a ver com o que s.exa. colocou: carvão mineral na matriz energética do país.

Estamos falando da deficiência na geração de energia por consequência das estiagens no sul do Brasil. Trata-se de uma energia renovável, limpa, mas vulnerável às intempéries. O carvão mineral precisa estar inserido na matriz energética, porque é uma energia firme, que pode entrar no sistema a qualquer momento, desde que a mina e a usina estejam operando mesmo em curso mínimo.

(Passa a ler.)

"O carvão mineral é uma das grandes riquezas do sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Grandes investimentos, como a Usitesc, estão sendo propostos para a região, mas tudo depende de como o governo federal irá conduzir o processo. A Frente Parlamentar do Carvão Mineral esteve reunida, em Brasília, para definir uma agenda de reivindicações.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABSM), Luiz Fernando Zancan, o sul do estado possui um potencial enorme de investimentos e também de reservas. 'Há o parque atual, que são as mineradoras e a Tractebel, e existe uma possibilidade de instalação. Um exemplo é o projeto Usitesc, que está com o licenciamento e depende apenas de uma política de carvão', relata Zancan.

O deputado federal Ronaldo Benedet coloca que a questão da estiagem está reduzindo o potencial de geração de energia elétrica no sul. 'Eu já tinha alertado o mal que o Brasil, por pressão internacional na área ambiental, está fazendo ao carvão mineral, que é responsável pela geração de energia termelétrica. Gente que não conhece o Brasil, gente que não tem compromisso com a economia e com o desenvolvimento brasileiro, coloca em uma pauta ruim a geração de energia elétrica a partir do carvão, que responde por apenas 2% da geração de energia elétrica no país, mas que garante essa geração no momento de estiagem, como temos agora no sul', potencializa o deputado. 'Nunca, pelo menos nos últimos 12 anos, esteve tão baixa a geração de energia nos momentos de estiagem, como acontece agora no sul. As termelétricas, principalmente à carvão, estão em sua potência total, complementa o parlamentar, como é o caso da Tractebel Energia em Tubarão'.

O carvão mineral, apesar de não haver pesquisas geológicas, por 25 anos ainda é a maior fonte fóssil do Brasil. Temos 3,5% energia a mais de carvão do que de petróleo, com recursos virtualmente intocados. Entendemos que para fazer esse resgate de energia tão importante para a sociedade brasileira todas as fontes são

necessárias, principalmente as fontes térmicas, onde se inclui o carvão, o gás e a energia nuclear.

'A segurança energética do Brasil somente ocorrerá com a diversidade de fontes e não pode ser feita uma política de exclusão de nenhuma delas', complementa o deputado federal Edinho Bez.

Nesta semana, investidores estiveram em Criciúma para conhecer o potencial no município e toda a região com relação ao carvão mineral. Por exemplo, o carvão mineral, mesmo com esforços de lideranças catarinenses e gaúchas, ficou de fora do leilão A-5 no ano passado. A mobilização agora é para que este ano o carvão mineral seja incluído no novo leilão que ocorrerá em agosto, mas ainda sem data definida.

A frente parlamentar está em busca de uma solução definitiva e para isso foi programada uma série de ações técnicas que estão sendo realizadas e uma política de apresentação de um projeto de lei para a política do carvão. Em breve estaremos reunindo-nos com o ministro da secretaria-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. A referida frente espera que após a Rio+20 o governo federal se manifeste.

O carvão mineral estará presente na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. A Rio+20 será realizada de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro e iremos mostrar que somos sustentáveis, que estamos fazendo o dever de casa e que as pesquisas em tecnologias estão sendo realizadas, como enfatiza o presidente da BCN.

A Rio+20 é assim conhecida porque marca os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, e deverá contribuir para definir a agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O objetivo da conferência é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas

principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.”

Enfatizo que é de extrema relevância e importância a matriz energética do carvão, a participação do carvão do mineral no sistema integrado nacional, onde há, somando os estados de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, uma monta já auferida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral em mais de 32 bilhões de toneladas.

Segundo os estudos da Petrobras, feitos pelo químico Eduardo Falabela Souza Aguiar, o carvão existente no subsolo gaúcho, catarinense e paranaense dá para produzir 322 mil barris de petróleo 4A que importamos da Nigéria. Isso é  $1/3$  do consumo da produção de combustível do país. Por essa razão precisamos inserir o carvão na matriz energética do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. e srs. telespectadores da TVAL, bem como os ouvintes da Rádio Alesc Digital, venho à tribuna para tratar de um assunto extremamente importante e pertinente para a sociedade catarinense.

Ainda pela manhã, os membros da comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina aprovaram a realização de três audiências públicas no oeste de Santa Catarina, para tratar da destinação dos R\$ 60 milhões a serem utilizados no sistema de captação e armazenamento das águas da chuva nas propriedades rurais deste estado.

Esses R\$ 60 milhões, deputado Mauro de Nadal, são fruto de uma emenda parlamentar subscrita por vários srs. deputados, e cito nominalmente os deputados Moacir Sopelsa, Mauro de Nadal, Maurício

Eskudlark, Romildo Titon, Reno Caramori, Plínio de Castro, Daniel Tozzo, Narciso Parizotto e Gelson Merisio, presidente desta Casa.

(Passa a ler.)

“O mais importante é ressaltar que em seu relatório e voto, o eminente deputado Gilmar Knaesel acatou e incluiu no anexo II do Projeto de Lei n. 0032/2012 a destinação dos R\$ 611 milhões que o governo do estado vai obter via empréstimo junto ao BNDES, ficando assim distribuídos: R\$ 389,755 milhões para os Novos Caminhos da Mobilidade, através dos quais serão recuperadas e revitalizadas as rodovias estaduais de Santa Catarina. Também para os Caminhos da Modernidade, cerca de R\$ 79 milhões servirão para implantar os cabos de fibra ótica em Santa Catarina. Já a secretaria de estado da Justiça e Cidadania foi contemplada com R\$ 57 milhões.

Para o programa Caminhos de Prevenção de Desastre contra as Cheias estarão sendo destinados R\$ 133 milhões e para os Caminhos de Prevenção de Desastres contra a Seca, R\$ 60 milhões.

Srs. deputados, as audiências públicas que serão realizadas nas cidades de Maravilha, Xanxerê e Videira contarão com a participação das secretarias da Agricultura, da Defesa Civil e, sobretudo, com a participação dos técnicos da Epagri, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina.

Dados importantes serão discutidos como, por exemplo, quase 142 municípios já decretaram situação de emergência em Santa Catarina em razão das estiagens. São aproximadamente quase 800 mil pessoas atingidas com os problemas da seca e cerca de R\$ 700 milhões de prejuízo.

O requerimento, srs. deputados, que apresentamos na manhã de hoje menciona esses dados e diz que queremos discutir com a sociedade civil organizada e com os poderes públicos constituídos, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, sindicatos rurais, líderes empresariais, líderes rurais, associações comerciais, clube de dirigentes lojistas, no sentido de que possamos ver uma explanação dos órgãos estaduais - secretarias da

Agricultura e Defesa Civil e Epagri, de como serão gastos esses R\$ 60 milhões, quais os modelos de captação e armazenamento de água da chuva serão usados nas propriedades rurais.

É muito importante chamar a atenção de toda a sociedade, pois a participação efetiva vai ensejar maior rapidez na implantação desses sistemas. Hoje pela manhã, o deputado Manoel Mota, presidente da comissão da Agricultura e Política Rural, colocou-se à disposição, pois a nossa pretensão é fazer uma reunião conjunta das três comissões de mérito: Finanças e Tributação, Agricultura e Política Rural e, sobretudo, Proteção Civil, presidida pelo eminente deputado Kennedy Nunes.

Com essas três comissões, com certeza absoluta, tendo a aprovação dos respectivos requerimentos, haveremos de marcar essas audiências para que possamos discutir a respeito desse tema.

É muito importante para nós, catarinenses, o início da implantação de dois importantes programas que irão resolver problemas seriíssimos e crônicos em Santa Catarina. De um lado, o governador Raimundo Colombo terá a tarefa de iniciar o programa de contenção de cheias no alto vale do Itajaí. De outro lado, teremos o início da implantação de sistemas de prevenção dos malefícios das estiagens.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela importância do tema e por ser um dos articuladores para que pudéssemos ter essa reserva de R\$ 60 milhões para investimento em um projeto de extrema importância, que, não digo resolver definitivamente, dará um alento ao pequeno agricultor que sofre muito com a falta de água nesses momentos de estiagem.

O mais importante agora é esse processo de discussão sobre quais projetos são mais interessantes para resolver definitivamente esse problema. E aí temos exemplos maravilhosos no extremo oeste, onde prefeitos já estão investindo

em projetos inovadores que captam, reservam, redistribuem e tratam a água.

Então, vale a pena verificarmos *in loco* como funciona isso, para implantarmos dentro desse projeto de R\$ 60 milhões.

Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, para fechar a minha fala quero dizer que é muito importante termos claro que a Assembleia Legislativa fez a sua parte, trabalhou em favor do agricultor catarinense e trabalhou, sobretudo, em favor da nossa gente, que sofre muito na época dos grandes períodos de estiagem.

Vamos, pois, acompanhar a secretaria da Agricultura, a Epagri e a Defesa Civil, no sentido de implantarmos um sistema de captação de água nas propriedades rurais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra e antes de passar para a Ordem do Dia, quero registrar a presença, nesta Casa, dos professores da Apae de Itajaí.

A Apae é uma das entidades pela qual faço tudo sempre que posso, porque sei do trabalho realizado por esses professores, por essas pessoas, inclusive pelos voluntários.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Parabéns a todos vocês!

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0013/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia da Raça Negra no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0077/2012, de autoria do deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública o Instituto Catarinense Anjos do Peito, de Brusque.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0089/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que altera dispositivos da Lei n. 14.541, de 2008, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores de Mielomeningocele, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0122/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a

Associação de Capoeira Magia da Bahia, de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão o votação em turno único do Projeto de Lei n. 0158/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação Guarujaense de Amparo à Vida - Água -, com sede no município de Guarujá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0159/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Urubici, com sede no município de Urubici.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0180/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que revoga as Leis n.s 6.247, de 1983, e 11.312, de 1999, que declaram de utilidade pública o Clube da Lady, de Armazém.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero falar um pouco mais sobre um assunto que falei rapidamente, fiz apenas algumas citações na tarde de ontem, a respeito de um problema existente neste momento no nosso estado com os estudantes de 2º grau, aqueles que já concluíram ou estão concluindo o curso em escolas públicas do nosso estado.

No começo da tarde recebi a visita de duas estudantes do Instituto Estadual de Educação, relatando que há o risco de não existir em 2012 o curso pré-vestibular organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o governo do estado. É o curso que busca capacitar

para realização do exame vestibular, nas mais diversas universidades públicas e nas outras também, estudantes carentes, todos oriundos de escolas públicas, que tenham realizado o 2º grau integralmente numa escola pública da rede estadual ou municipal de ensino.

Recordo esse debate no início da década de 90, quando nós, estudantes universitários, nos centros acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina e no Diretório Central dos Estudantes, defendíamos a criação de um curso pré-vestibular pela UFSC, a fim de democratizar o acesso às instituições de ensino superior, especialmente as públicas, justamente porque estudantes de escolas públicas teriam maiores dificuldades de pagar mensalidade nas instituições particulares de ensino superior que proliferam no estado.

Na segunda metade daquela década, inclusive de forma voluntária, foi iniciado um trabalho nesse sentido com algumas turmas, apenas usando o espaço físico da Universidade Federal de Santa Catarina, com aulas sendo ministradas por estudantes universitários que se propuseram a dedicar parte do seu tempo a contribuir para que outros jovens de famílias humildes tivessem maior possibilidade de acesso à Universidade Federal de Santa Catarina.

Desde 2003 o curso foi institucionalizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Pró-Reitoria de Graduação, que tem uma coordenação responsável pela organização do curso. A partir de 2008, o governo do estado começou a contribuir com esse curso, repassando R\$ 3 milhões por ano.

Como na década de 90 havia apenas algumas turmas formadas de forma voluntária por estudantes universitários e outras pessoas interessadas, a partir da institucionalização, o curso cresceu. No ano passado, por exemplo, o número de vagas era de 3.100 em 31 localidades de 29 diferentes cidades do estado de Santa Catarina. Repito, o curso é organizado pela Universidade Federal, através da Pró-Reitoria de Graduação, e contava com o apoio financeiro do governo do estado no valor de R\$ 3 milhões por ano, um valor bastante pequeno, se

considerarmos a importância do curso, uma iniciativa político-administrativa que atende a 3.100 estudantes que realizaram o 2º grau integralmente em escola pública, vindos, em sua grande maioria, de famílias de baixa renda, com baixo poder aquisitivo e que ainda passavam por uma seleção. No ano passado, 14 mil jovens se inscreveram para disputar 3.100 vagas desse cursinho pré-vestibular organizado de forma gratuita pela UFSC.

Então, são 3.100 vagas de período ordinário, mas cerca de cinco mil jovens beneficiados, porque, inclusive, nos meses mais próximos do vestibular, realizam-se aulões na capital, lotando ginásios com a participação de estudantes de escolas públicas.

Depois é feita uma seleção de acordo com o poder aquisitivo de cada um e os estudantes entram por maior carência e aproveitamento escolar, porque há vagas somente para 3.100, portanto, a maioria não consegue.

Esse é um programa que precisaria ser ampliado, precisaria contar com mais recursos públicos e maior estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina, para que o curso pudesse crescer e atender, de preferência, ao conjunto dos que aspiram ao curso universitário.

Quanto ao pagamento, eram repassados pelo do governo do estado R\$ 3 milhões anuais para uma fundação que funciona junto à Universidade Federal de Santa Catarina, provavelmente a Fapeu, que passava os recursos à Pró-Reitoria de Graduação, que cuidava especificamente do pagamento dos professores, que recebem um valor muito baixo, uma espécie de gratificação ou uma ajuda de custo, para ministrarem aulas de cursinho, comprar material didático e locar transporte para o deslocamento desses estudantes quando ocorrem esses aulões na capital.

Para se ter uma ideia, 52% dos aprovados no vestibular são estudantes de escolas públicas que realizaram esse curso. Por isso é uma iniciativa muito importante, que custa tão somente R\$ 3

milhões por ano ao governo do estado, que arrecada mais de R\$ 1 bilhão por mês.

O argumento de que tendo que negociar os salários com o Magistério estadual não teria recursos para contribuir com o curso pré-vestibular, de fato não nos convence. A iniciativa do governo de cortar esses R\$ 3 milhões para essa iniciativa parece-me uma atitude político-administrativa equivocada, inclusive com impactos negativos na própria avaliação do governo.

Então, um repasse de R\$ 3 milhões como contribuição de um governo estadual para que mais estudantes da escola pública tenham maior oportunidade de acesso à universidade, especialmente a pública, é um recurso muito pequeno.

Queremos apelar ao governo - aos secretários da área econômica, ao comitê gestor e ao governador - no sentido de que tenha sensibilidade social e política para perceber que R\$ 3 milhões por ano não fazem diferença no Orçamento do estado, mas fazem muita diferença para milhares de jovens carentes que querem estudar. São os melhores das escolas públicas e os que têm mais carência que querem estudar. Isso merece aplauso de todos os gestores e por isso fica aqui o nosso apelo ao governo e ao governador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, .

Com a palavra o próximo inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, usei a tribuna no horário do Partido Progressista, durante sete minutos, mas não tive a oportunidade de concluir o meu raciocínio.

O que estamos vendo publicado nos jornais, tanto escritos quanto televisados, são os alertas para o baixo nível dos reservatórios de água, deputado Romildo Titon, no sul do Brasil. E isso tem criado um *frisson* e um grau de vulnerabilidade

muito grande nas indústrias do sul do Brasil por consequência da estiagem.

E volto ao tema da matriz energética desse país, no sentido de inserir nesse contexto a questão do carvão mineral. E falava aqui anteriormente que a reserva auferida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral nos três estados do sul ultrapassa a casa dos 32 bilhões de toneladas. E ainda temos muitas reservas de carvão que não foram identificadas e auferidas pelo próprio DNPM.

Na minha ida à Índia e à China, no ano passado, observei a tecnologia inovadora não só dos chineses, mas dos alemães, dos americanos, que têm o domínio da tecnologia da emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera. Pudemos visualizar a prospecção de uma planta de geração de energia, na qual se concilia a queima do carvão mineral com o lixo urbano. Um mix de geração de energia não renovável com renovável, resolvendo um problema crucial, ambiental e agregando valor com uma questão importante, que são os resíduos sólidos, o lixo urbano do Brasil. Essa planta consegue queimar o carvão junto com o lixo urbano e pode produzir fertilizante para ser utilizado na agricultura. E cito como exemplo o sulfato de amônia, que o Brasil importa, principalmente da Rússia. Imagine o preço das *commodities* desse produto para chegar até nossa indústria e, conseqüentemente, à propriedade rural, como também a cinza para a produção de cimento.

Com esses quatro módulos, faz-se o sequestro de CO<sub>2</sub>, lança-se uma quantidade mínima na atmosfera e, conseqüentemente, dá-se sustentabilidade ao projeto, dando uma vida muito mais longa ao projeto, gerando energia de uma matriz firme, segura, ao contrário da fonte eólica e da fonte hídrica, que geram energia limpa, é verdade, mas que é vulnerável às intempéries e precisa sempre contar com a benevolência de São Pedro.

Por essa razão é que tenho, reiteradas vezes, subido a esta tribuna e manifestado minha posição em defesa da política do carvão. Investidores não

faltam, fundos de pensão é o que mais há, podendo-se montar esse tipo de projeto com viabilidade econômica, técnica e ambiental. Porque, como já disse, existe tecnologia, existem investidores, existe a matriz energética que é o jazimento de carvão, por que não acontece?

Pela omissão dos governos, pela falta de uma política específica para o setor, pela falta de uma matriz que promova segurança jurídica para que os investidores possam aportar seus recursos e fazer seus investimentos.

Uma mina demanda tempo; para abrir uma mineração há vários procedimentos que precisam ser adotados. Uma usina leva tempo para ser construída: em média de cinco a oito anos, desde a concepção da abertura até a instalação final de uma usina em cima de um jazimento de carvão.

Agora, há necessidade premente de que o governo federal, através dos ministérios de Minas e Energia e de Planejamento, promova uma ação firme e segura para uma política específica para o setor.

Já citei desta tribuna um estudo realizado pela Petrobras. Esteve na Fiesc a sra. Maria das Graças Foster, hoje presidente, à época em que era diretora de Minas e Energia da empresa. Esteve também o químico Ricardo Falabella que é, inclusive, irmão do ator da Rede Globo, Miguel Falabela, e que é um técnico renomado e experiente do setor. Ele colocou com muita propriedade que o jazimento de carvão gaúcho e catarinense daria para produzir 322 mil barris de óleo 4A, durante 50 anos, que hoje importamos da Nigéria para fazer o *blend* nacional.

Deputado Moacir Sopelsa, isso representa  $1/3$  do consumo nacional de combustível. Um jazimento que seria o símbolo da nossa autonomia sem depender das intempéries e das relações internacionais, uma energia firme e segura para ser jogada no sistema integrado, principalmente nos momentos mais críticos de estiagem, em que as nossas represas e usinas, não somente do sul do Brasil, mas de todo o território nacional, ficam vulneráveis em função das estiagens.

Por essa razão, sr. presidente, é que uma comissão de gaúchos, catarinenses e paranaenses estabeleceu uma pauta. No último dia 16 de maio, a frente parlamentar se reuniu em Brasília, ocasião em que se encontravam as seguintes pessoas: César Farias, presidente do Siniec; Fernando Zancan, presidente do Siecesc; deputado federal Ronaldo Zucke, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul; deputado federal Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina; deputado federal Celso Maldaner, do PMDB catarinense; deputado federal Ronaldo Benedet, do PMDB; deputado federal Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul; deputado federal Onix Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul; deputado federal Eduardo Sciarra, do PSD do Paraná; deputado federal Arnaldo Faria de Sá, do PDT de São Paulo; deputado federal Afonso Hamm, presidente da Frente Parlamentar do Carvão, do Partido Progressista do Rio Grande do Sul; deputado federal Assis Melo, do PCdoB gaúcho; deputado federal Vieira da Cunha, do PDT gaúcho, além do senador Delcídeo Amaral, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul.

A pauta estabelecida foi a seguinte:

- ✓ discussão da importância da geração térmica, especialmente a participação do carvão, e desconstrução da questão do CO<sup>2</sup>;

- ✓ agendamento de reuniões com Nelson Rubner, da Aneel; com Valter Luiz Cardeal de Souza, da Eletrobras; e com Maria da Graça Foster, da Petrobras,

- ✓ demonstração da importância da geração térmica para a matriz energética brasileira;

- ✓ ação conjunta do Congresso Nacional e da Câmara Federal para organizar seminários com o intuito de discutir a matriz energética brasileira e a inserção das térmicas;

- ✓ atrair a mídia nacional para a discussão, com o apoio da Frente Parlamentar da Infraestrutura;

- ✓ contratação de um consultor para organizar esse evento, sendo que o nome sugerido foi o de Adriano Pires; e

✓ elaboração de projeto de lei que disponha sobre a política do carvão mineral, que será encaminhado, após a Conferência Rio+20, tanto na Câmara Federal como no Senado da República.

Assim sendo, sr. presidente, viva o carvão mineral nacional!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Esta Presidência quer registrar com prazer e alegria o aniversário do deputado Aldo Schneider, a quem deseja muito sucesso e que continue sendo essa pessoa formidável tanto na Assembleia como em toda a sua vida.

Parabéns a v.exa. e a toda sua família e que Deus o abençoe!

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, reconhecemos o esforço extraordinário que o governo de Santa Catarina, representado essencialmente pelo governador Raimundo Colombo e pelo secretário de estado da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, vem fazendo para melhorar o atendimento médico no estado de Santa Catarina, seja nos casos de urgência, emergência, seja nos procedimentos eletivos, especialmente nas cirurgias eletivas e no tratamento de pacientes com diversos tipos de câncer.

É louvável o esforço que o governo tem feito, o esforço que a secretaria estadual da Saúde tem feito em relação aos nossos 15 hospitais públicos do estado, bem como aos mais de 200 hospitais filantrópicos, que são particulares, mas que têm convênio com o SUS e que atendem a um grande número de pacientes.

Ocorre que a tabela utilizada para pagar os procedimentos, por diversas razões acaba não cumprindo o custo real. Atender a um paciente com uma enfermidade é muito diferente de fazer o

projeto de uma estrada, de uma ponte, de uma escola, de um posto de saúde, de comprar uma máquina, porque podemos quantificar exatamente qual é o valor a destinar, qual é o valor exato daquela obra.

Da mesma maneira, se houver algum imprevisto na construção de um determinado prédio, dá até para fazer um aditivo, e esse aditivo poderá ser perfeitamente explicado por um técnico. Já em atendimento médico, cada procedimento é diferente, pois até mesmo as cirurgias eletivas mudam um pouco o custo dependendo de cada paciente, porque as variáveis, dentro de um procedimento médico, dentro de um tratamento, são muitas.

Por isso, é muito difícil atender às necessidades desses hospitais que prestam atendimento ao SUS, e eles têm dificuldades de cobrir as suas contas. Agora, muitas prefeituras têm encampado, têm absorvido os hospitais que eram de entidades filantrópicas, como se fossem um órgão público municipal.

Mas agora tem-se agravado ainda mais a situação porque os hospitais públicos não podem mais atender a convênios como o da Unimed ou alguns procedimentos particulares que em outros hospitais até ajudam a cobrir as contas.

Numa reunião da comissão de Saúde vamos apresentar uma proposta conjunta, no sentido de que o Poder Executivo encaminhe a esta Casa projeto de lei de apoio aos hospitais filantrópicos, que são muitos no estado, justamente no que tange à cobrança de alguns impostos. Por exemplo, os hospitais filantrópicos pagam ICMS da luz, da água, do gás, do telefone, que são taxas bem elevadas. A conta de luz de um hospital é de um valor bem alto. O gasto com gás, telefone e água representa um valor significativo para cada instituição.

A Constituição Federal, no art. 150, bem como a Constituição Estadual, no art. 128, preveem que não seja cobrado das entidades assistenciais, como hospitais filantrópicos, sindicatos e instituições educacionais filantrópicas, ICMS sobre a conta de luz, água, telefone e gás. Essa seria uma forma de

ajudar essas entidades, até porque o governo do estado contribui com mais de 12% do seu Orçamento seja para custeio, seja para pagamento de funcionários ou para reformas e compra ou manutenção de equipamentos.

Mas o grande problema dessas entidades filantrópicas, sr. presidente e srs. deputados, é o custeio. Mas se diminuirmos ou retirarmos o ICMS das contas de luz, água, telefone e gás, seguramente vai sobrar um pouco mais de recursos no caixa dessas entidades.

Já existem projetos de diversos deputados nesse sentido, um, inclusive, de autoria do deputado Aldo Schneider, que está de aniversário hoje e a quem quero parabenizar tanto pela data, como pelo projeto de sua autoria que tramita nesta Casa. Há outro PL de minha autoria também tramitando, além de outros de vários colegas desta Casa.

No ano retrasado, quando o governador era Leonel Pavan, tramitou nesta Casa e foi aprovado um projeto de lei isentando as igrejas e os templos da cobrança de ICMS sobre as contas de luz, água e telefone. Então, já existe precedente, precisamos tomar idêntica atitude em relação aos hospitais, aos sindicatos e às escolas.

Então, sr. presidente, como tramitam na Casa vários projetos semelhantes, da autoria de diversos deputados, sugerimos à comissão de Saúde que leve uma proposta ao governo estadual, a fim de que ele encaminhe algo semelhante a esta Casa, atendendo aos hospitais filantrópicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

